



III Congresso Internacional Mundos Indígenas

Agências, Direitos, Patrimônio e História Ambiental no Passado e no Presente dos Povos Indígenas da América

2 A 5 DE NOVEMBRO 2021

Simpósios Temáticos | Minicursos | Mesas Redondas | Conferências

CONFERÊNCIA DE ABERTURA:
JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA (MUSEU NACIONAL/UFRJ) E JOSÉ ÁNGEL QUINTERO WEIR (UNIVERSIDAD DEL ZULIA, MARACAIBO, VENEZUELA).

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO:
EDSON KAYAPÓ (IFBA, BRASIL) E JUAN MARCHENA FERNÁNDEZ (UPO, SEVILLA, ESPANHA).

INSCRIÇÕES: **coimi.net**

REALIZAÇÃO:





UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PLANO DE TRABALHO

**III CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS: Agências,
Direitos, Patrimônio e História Ambiental no Passado e no Presente dos
Povos Indígenas da América**

(III COIMI)

Data de execução de 02 a 05 de novembro de 2021.

III CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS ABYA YALA

Direitos, Patrimônio e História Ambiental no Passado e no Presente dos Povos Indígenas da América

Realização:

Centro de Humanidades - CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Programa de Pós-Graduação em História - UFCG
Universidade Pablo Olavide, Sevilla, Espanha;
Universidade da Sorbonne - Paris III
Universidade de Antioquia, Colômbia
Recherche pour le Développement - IRD/Museu National Histoire Naturelle MNHN em Paris, França
Associação Latino Americana de História - ALAHIS, Bolívia
Universidad de Santiago de Compostela, Espanha

Instituições apoiadoras

Instituto Federal da Bahia, Brasil
PET Educação – Conexão de Saberes, UFCG, Brasil
Museu Nacional, UFRJ, Brasil
Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, México
Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela
Universidade de Pernambuco, Brasil
Universidade de São Paulo, Brasil
Universidade do Rio de Janeiro Brasil
Universidade Estadual de Santa Catarina, Brasil
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Universidade Federal de São Paulo, Brasil
Universidade Federal de Vassouras, Brasil
Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Universidade Federal Grande Dourados, Brasil
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil
Universidade Mayorde San Andrés, Bolívia
University at Buffalo, EUA

APRESENTAÇÃO

O Congresso Internacional Mundos Indígenas (COIMI) é um evento bianual e foi criado no âmbito do Seminário Permanente Mundos Indígenas - América no Centro de Humanidades (CHAM / NOVA FCSH—UAC), na Universidade Nova de Lisboa, Portugal entre os dias 27 a 28 de abril de 2015. O grupo de investigação do CHAM-UNL criou o COIMI, objetivando construir uma maior rede colaborativa em âmbitos nacional e internacional para as discussões interdisciplinares sobre a história dos povos indígenas da América. Para tanto, pretende-se ampliar diálogos entre investigadores indígenas e não indígenas da temática em destaque para que se possam construir possibilidades de novos caminhos teórico-metodológicos sobre a pesquisa acerca dos povos tradicionais do século XVI até o tempo presente e também divulgar as ações em prol da memória, patrimônio cultural, ambiental, história, educação e direitos indígenas de uma forma geral em âmbito internacional.

O II Congresso Internacional Mundos Indígenas - Diálogos sobre História, Direito e Educação Séculos XVI aos Dias Atuais foi executado em novembro de 2017 na Europa em dois países Espanha (Universidade Pablo Olavide, Sevilha) e Portugal (Centro de Humanidades – CHAM-UNL, Lisboa) com resultados extremamente profícuos e assertivos. Em 2018 na América Latina ocorreu no Brasil (Universidade Federal de Campina), Paraíba como apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq e da Universidade Estadual da Paraíba.

O III COIMI 2019 - EUROPA aconteceu em três países: França (Paris), Espanha (Sevilha) e Portugal (Lisboa). Esse congresso objetivou trazer discussões sobre pesquisas que vem se desenvolvendo na Europa e América e que constroem reflexões sobre as violações, conquistas e recrudescimento das lutas dos povos indígenas na América entre os séculos XVI aos dias atuais. No III COIMI 2021 - BRASIL revisitaremos a temática indígena não com os olhos no passado pelo passado, mas diante das demandas do tempo presente que passaram a ser também reivindicações dos próprios movimentos indígenas das últimas décadas, ou seja, a história, a memória, a educação, o reconhecimento das etnicidades, os territórios, o patrimônio e a natureza, enquanto direitos históricos e inalienáveis.

PÚBLICO ALVO DO III COIMI

- Professores
- Pesquisadores
- Alunos de graduação e pós-graduação
- Ativistas/indigenistas
- Demais interessados na temática indígena

CALENDÁRIO

PERÍODO/DATA 2021	AÇÕES
1 de julho a 15 de outubro	Inscrições apresentação de trabalho (comunicação oral e pôster) nos Simpósios Temáticos
17 de outubro	Divulgação da lista dos trabalhos aprovados para apresentação nos (ST)
20 de outubro	Prazo final de entrega dos textos completos para o Anais
20 de outubro	Prazo final para inscrições de participantes em minicursos
2 de novembro de 2021	Prazo final para inscrição participação geral
2 a 5 de novembro de 2021	Realização do evento

PROGRAMAÇÃO

HORA DO BRASIL ATIVIDADES	
2 DE NOVEMBRO	
Manhã 9h – 12h	Solenidade de abertura Conferência de Abertura
Tarde 14h – 17h	Simpósios Temáticos ST
Noite 19h - 21h30min	Mesas Redondas
3 DE NOVEMBRO	
Manhã 8h – 10h 10h – 12h	Minicursos Mesas Redondas
Tarde 14h – 18h	Simpósios Temáticos ST
Noite 19h – 21h30min	Mesas Redonda
4 DE NOVEMBRO	
Manhã 8h – 10h 10h – 12h	Minicursos Mesas Redondas
Tarde 14h – 17h	Simpósios Temáticos ST
Noite 19h – 21h30min	Mesas Redondas
5 DE NOVEMBRO	
Manhã 8h – 10h 10h – 12h	Minicursos Mesas Redondas
Tarde 14h – 17h	Conferência de encerramento

INSCRIÇÕES E SUBMISSÃO DE TRABALHOS

Método de Inscrição

A inscrição no III COIMI deverá ser realizada através do site do evento: coimi.net.

Categorias/Taxas

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS E PARTICIPAÇÃO GERAL

- Indígena: ISENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
- Graduando, Graduado e Público em Geral sem Apresentação: R\$ 15,00
- Graduando, Graduado, Em Especialização e Especialista - Apresentação em Poster: R\$ 20,00
- Professor de Escola Pública: R\$ 30,00
- Mestrando e Mestre - Apresentação Oral: R\$ 30,00
- Doutorando - Apresentação Oral: R\$ 40,00
- Pesquisador Doutor e Professor Universitário - Apresentação Oral: R\$ 50,00
- Minicurso: R\$ 30,00

1 - Os professores/orientadores que forem coautores de orientandos pós-graduados, pós-graduandos, graduados e graduandos deverão realizar inscrição no evento na categoria Professor Universitário/Pesquisador Doutor – Apresentação Oral. Todavia, se o professor for apenas citado em nota de rodapé, sem aparecer como coautor, não precisa pagar a inscrição, mas também não irá receber certificado. E se tiver mais de um orientando e sempre aparecer em coautoria só é necessário realizar o pagamento uma única vez no evento.

2 - Os pesquisadores coautores de comunicações orais terão que ter formalizado o pagamento da sua taxa de inscrição, assim como o autor principal, em uma das categorias acima, que corresponda ao seu nível acadêmico, para que tenha participação aprovada no evento.

Modalidades e Normas para apresentação de Trabalhos

Como o congresso será no formato remoto todos os trabalhos da graduação, pós-graduação, projetos pedagógicos em escolas e projetos de extensão serão em formatos orais. No ato da inscrição o(s) autor(es) deve(m) indicar o Simpósio Temático (ST) no qual irá apresentar o trabalho e também indicar se será Comunicação Oral ou Poster (graduação).

Inscrição de trabalho

Os Simpósios Temáticos (ST) terão espaços para apresentações orais das pesquisas de graduados, graduandos, pós-graduandos, mestrandos e doutorandos, professores de escolas indígenas e não indígenas, assim como, pesquisadores mestres, doutores do campo da História e demais áreas do conhecimento que trabalham com a temática indígena.

O III COIMI abrirá um espaço especial para professores indígenas e não indígenas apresentarem os resultados dos seus projetos pedagógicos sobre a temática indígena e abriremos espaço também para projetos de extensão advindos das universidades como de grupos PETs (Programa de Educação Tutorial do Governo

Federal brasileiro de estímulo a atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de graduação).

Condições gerais para inscrição de trabalho: comunicação oral

1. Autor e coautor devem estar inscritos no evento.
2. Autores das comunicações poderão inscrever, no máximo, um trabalho, seja na condição de autor ou de coautor exceto quando os coautores forem orientadores de trabalhos de graduação e pós-graduação. Os orientadores mesmo com vários orientandos no evento e optar em ser coautor só precisará realizar uma única inscrição.
3. Os orientadores que não configurarem nos resumos como coautores devem obrigatoriamente registrar a sua orientação de âmbito institucional em nota de rodapé seja nos resumos ou nos textos completos, mesmo que os trabalhos já tenham sido concluídos.
4. Em caso de trabalhos em coautoria, os coautores devem se inscrever no evento de acordo com as respectivas categorias.
5. Não será permitida a inscrição de trabalhos assinados por mais de dois autores.

Instruções para envio

No ato da inscrição depois de preencher o formulário de inscrição, pagar a taxa correspondente, deverão ser encaminhados os resumos e quando aprovados pela comissão científica para cada ST correspondente, serão publicados online no site em forma de caderno de resumos e estará disponível no primeiro dia do evento. Só após a confirmação do aceite do resumo é que se deve enviar o texto completo. Os Anais do evento também estarão disponíveis de forma digital no site do evento

Normas para a elaboração de trabalhos

Os trabalhos devem apresentar resultados de pesquisas científicas e/ou de extensão (experiências realizadas por professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e demais profissionais). Os trabalhos devem ser submetidos na forma de resumo e depois da aprovação o envio do texto completo, com as seguintes especificações:

Formatação dos resumos

Os resumos devem conter título em letras maiúsculas e em negrito, seguido do nome do (a) autor (a) e coautor se houver, sublinhado o nome do(a) apresentador(a), instituição de origem, financiamento e e-mail. Elaborado em espaço simples, tamanho de letra 10, entre 15 a 20 linhas, usando editor de texto Word for Windows, fonte Time New Roman, margens de 3 cm, sem citações e referências, justificado, em bloco único de texto, sem parágrafo, espaço entre linhas 1,0.

Formatação do trabalho completo

Os trabalhos completos devem ter entre 07 a 10 páginas incluindo as referências bibliográficas, seguido de: a) Título: maiúsculo, negrito, letra (Times New Roman), tamanho 12, com alinhamento centralizado; b) Nome(s) do(s) autor(es): alinhado à direita, sublinhado o nome do apresentador. Ex: SOBRENOME,

Nome; c) Vinculo Institucional: Instituição Universitária, Secretaria de Educação, escola, ou agência de pesquisa a que os autores estejam vinculados. Alinhado à direita, sem negrito; d) Correio Eletrônico: alinhado à direita, sem negrito. Os trabalhos completos devem conter introdução, desenvolvimento, considerações finais ou conclusões e referências seguindo as normas da ABNT. A fonte do trabalho deve ser (Times New Roman), tamanho de letra 12, folha A4 e espaçamento entrelinhas 1,5. Margem superior de 3cm; inferior, 2cm; esquerda, de 3 cm, direita, de 2 cm. Não utilizar notas de rodapé. Para as referências no interior do texto utilizar as normas da ABNT.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS (ST)

ST 1 - ESCRAVIDÃO INDÍGENA E ESCRAVIDÃO NEGRA: AGÊNCIAS CONECTADAS NOS ESPAÇOS COLONIAIS

Patricia Mello, UFAM, Brasil
Isnara Pereira Ivo, UESB, Brasil

A experiência da escravidão conectou populações nativas e africanas por largos períodos temporais e em diferentes espaços do mundo colonial da América. De modo cada vez mais sistemático, a historiografia tem se empenhado em mergulhar neste universo de possibilidades investigativas para deslindar a construção de categorias racializadas, trajetórias, processos de recrutamento e experiências compartilhadas no cotidiano do trabalho, a construção de redes de solidariedade e a redefinição de identidades. A proposta desta mesa é contribuir para o aprofundamento deste importante debate.

ST 2 - POLÍTICAS INDÍGENAS E INDIGENISTA ENTRE OS SÉCULOS XVI AO XVIII

Francisco Cancela, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Marcos Felipe Vicente SEDUC-CE e PPGH -UFF

Diante da diversidade dos povos originários da América, das diferentes inserções dos povos indígenas e suas reações aos colonizadores portugueses e espanhóis, as tentativas de aplicações de leis gerais para o conjunto dos povos indígenas foram muitas vezes burladas. Do século XVI ao XIX, as políticas indigenistas sofreram alterações e adaptações para atender às demandas indígenas e as condições regionais. Para tanto este grupo de pesquisa pretende ser um espaço de discussões e apresentações de comunicações orais e em pôsteres que revelem a ressignificação das políticas indigenistas das monarquias européias e as influencias decisivas do protagonismo indígena e suas agencias ora buscando, ora utilizando os códigos legais para seus próprios interesses de acordo com as suas etnicidades.

ST 3 - MISSÕES RELIGIOSAS E POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA: SÉCULOS XVI AO XXI

Cristina Pompa, UFSP
Maria Adelina Amorim, CHAM, FCSH-UNL

Este grupo de trabalho pretende abrir um espaço de reflexão sobre a presença de missões religiosas entre os povos indígenas na América desde o século XVI até à atualidade. O processo de inserção de missões cristãs entre os povos indígenas teve início no momento da conquista e colonização realizado por portugueses e espanhóis. O quadro atual em que ocorre esta presença é complexo e envolve um conjunto muito heterogêneo de missionários católicos e evangélicos. Estes, por sua vez, reproduzem no contexto das missões entre os índios as suas características de agentes religiosos distintos, multiplicando-se em diversas igrejas e denominações, com as respetivas diferenças em sua teologia, modo de atuar, converter. No entanto, desde o século XVI, os povos indígenas na sua complexa diversidade vêm construindo espaços de agenciamento perante o processo de evangelização, e de acordo com as suas etnicidades e histórias de contatos.

ST 4 - EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMÉRICA EM SUAS DIFERENTES FASES ESCOLARES ATÉ O ENSINO SUPERIOR

Edson Kayapó, IFBA
Bruno Ferrerira Kaingang, UFRGS
Arlete Maria Pinheiro Schubert, UFES

Este grupo de trabalho objetiva tratar da educação escolar indígena no Brasil e, notadamente, na América Latina, e pensar os avanços, retrocessos que vem orientado as políticas e as práticas da educação no contexto da diversidade étnica. Portanto pretende-se abrir espaços para as apresentações de comunicações que permitam discussões contextualizadas a partir de situações vivenciadas em diferentes países do continente americano, considerado o dinamismo que a área educacional intercultural indígena do ensino básico, médio e superior protagonizam nos diferentes países. Especialmente, refletir sobre os desafios implícitos nos debates acerca da formação de indígenas no ensino superior.

ST 5 - JUSTIÇA, DIREITOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

André Augusto Salvador Bezerra, USP
Denise Tatiane Girardon dos Santos, UNICRUZ
Pedro Pachaguaia, Associação de Antropologia, Bolívia

Justiça decolonial e direitos indígenas e direitos humanos concentram seus esforços na defesa e proteção dos grupos ditos vulneráveis, entendido como o conjunto de indivíduos que representa um determinado segmento da sociedade, os quais, pela opressão histórica de outros grupos étnico-sociais e políticos, precisam de uma tutela jurídica especial para garantir seus direitos que são inalienáveis. Neste conceito estão incluídos os povos indígenas que se há mais de 500 anos vem sofrendo violações e exclusões diante de políticas externas as suas organizações socio-culturais. A resistência dos povos indígenas na reivindicação de seus direitos no âmbito internacional chegou a bom termo no dia 13 de setembro de 2007, em Nova Iorque: a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas. O texto, extremamente avançado, reflete o conjunto das reivindicações atuais dos povos indígenas em todo o mundo acerca da melhoria de suas relações com os Estados nacionais e serve para estabelecer parâmetros mínimos para outros instrumentos internacionais e leis nacionais. Este simpósio temático receberá trabalhos que tratem de direitos dos povos indígenas em todas as demandas e vertentes dos povos originários, suas lutas, conquistas e violações a partir das suas historicidades.

ST 6 - O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA E OS 10 ANOS DA LEI Nº 11.645/2008: EXPERIÊNCIAS, DISCUSSÕES E PROPOSTAS

Neimar Machado de Sousa, UFGD
Wania Alexandrino, UFOPA

A Lei nº 11.645/2008 resultou de um conjunto de mobilizações que provocaram mudanças e significativas conquistas de direitos sociais nas últimas décadas no Brasil. A citada Lei determinou o ensino da história e culturas indígenas na Educação Básica, também exigindo mudanças na abordagem da temática indígena nas instituições de formação de professores, inclusive as universidades. O país vem vivenciando um outro contexto sociopolítico, em muito marcado por retrocessos do ponto de vista legal e das políticas públicas educacionais. Passados 10 anos da promulgação da Lei nº 11.645, se faz necessário avaliações sobre os significados e impactos nas ações educativas e práticas pedagógicas. Discutindo temas tais como, as imagens e discursos sobre os índios, problematizando a formação inicial e continuada específica docente, a produção e circulação de subsídios didáticos, os acervos disponíveis em bibliotecas escolares, as participações dos indígenas nos processos de implementação da Lei. Este Grupo de Trabalho pretende, portanto, reunir e discutir estudos, pesquisas em andamento ou concluídas, bem como apresentações de experiências, nas várias áreas do conhecimento, nos diferentes níveis de ensino, sejam em instituições públicas e/ou privadas sobre o ensino da temática indígena.

ST 7 - AUTONOMIAS, ETNICIDADE E NAÇÃO. MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS.

Tom Gil, UFES

Aline de Souza Vasconcellos do Valle, UFES
Fabíola Escarzaga, Universidad Autonoma Metropolitana -Xochimilco, México

Este grupo de Trabalho tem como objetivo discutir os caminhos percorridos pelos movimentos indígenas latino-americanos a partir do século XX, quando há a emergência de novos movimentos indígenas que reivindicam a livre-determinação, elaboram novos projetos de autonomia e, conseqüentemente, novas formas de pertencimento ao Estado-nação. Se no processo de formação dos Estados latinoamericanos houveram a construção mitificada da nação, hoje esta ideia de nação é contestada por um processo de reafirmação de novas identidades que articulam formas renovadas de sociabilidade, decolonialidade e pertencimento. Este ST pretende discutir a questão indígena na América Latina Contemporânea, as relações e tensões que a etnicidade impõe à ideia de nação e de identidade nacional, os diversos processos autonômicos indígenas, assim como a discussão mais ampla sobre autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos. O GT pretende, de uma forma ampla, analisar os movimentos antissistêmicos.

ST 8 - PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA: ARQUIVOS, MUSEUS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA TESSITURA DAS MEMÓRIAS

Ana Paula da Silva, Pró-Índio, UERJ
Emanuel Oliveira Braga, IPHAN, PB
Sandra Benites, Museu Nacional, UFRJ

Esse simpósio temático objetiva suscitar debates sobre tecituras de tramas distintas de instituições dedicadas à memória Patrimônio Cultural e questões indígenas registrados no Brasil e em diferentes países latino-americanos. Nas últimas décadas surgiram projetos estratégicos para pensar o patrimônio indígena, enquanto estratégias de valorização das memórias, histórias dos povos originários. Iniciativas dos próprios povos indígenas que vem tendo a colaboração de programas supranacionais e de órgãos nacionais, universidades, organizações indígenas, organizações não governamentais. A execução de projetos culturais sobre questões indígenas envolve, sempre, complexas negociações, mas afins e convergentes, e de interesse principalmente dos protagonistas quanto de não-indígenas acadêmicos e estudiosos do universo das instituições de memória (Arquivos e Museus) e questões.

ST 9 - HISTÓRIA AMBIENTAL, PLANTAS, CONHECIMENTOS, ESPIRITUALIDADES E COSMOVISÕES INDÍGENAS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NO PASSADO E NO PRESENTE.

José Otávio Aguiar, UFCG
Ana Maria Monsalve Cuartas, Engenheira Florestal, Colombia

Este grupo de trabalho é um espaço de discussões para pesquisadores cujos trabalhos contribuam para o debate das temáticas ambiental e indígena. A partir da segunda metade do século XX, os temas ambientais receberam especial

atenção em nível mundial, mobilizando e interagindo saberes. Em resposta a essa crescente preocupação a História Ambiental tem facilitado o encontro das ciências naturais e sociais com objetivos focados na construção de diálogos a partir de estudos da identidade étnica, uso e manejo de recursos naturais, saberes e conhecimentos tradicionais, dentre outros. O objetivo desse GT será promover diálogos e encontros entre pesquisadores dedicados ao estudo das relações entre natureza, cultura, história, espiritualidade, sagrado, cosmovisão/natureza e etnicidade indígena do século XVI aos dias atuais.

ST 10 - PROTAGONISMO INDÍGENA E INQUISIÇÃO NA AMÉRICA

Ângelo Adriano Faria de Assis, UFV, Brasil
Almir Diniz de Carvalho Júnior, UFAM

O protagonismo indígena na história da América portuguesa parece ter se tornado invisível na maioria dos registros das autoridades e dos missionários da colônia, ao menos, assim pensava a historiografia tradicional. Apesar desse possível limite, através de uma metodologia mais atenta, que envolve um mergulho nas contradições das narrativas e nas descrições das diferenças, a nova história indígena tem conseguido, nos últimos anos, avanços significativos. Esses avanços se fizeram presentes em razão da leitura das lógicas narrativas dentro do próprio sistema em que foram produzidas - considerando seus padrões de representação e o campo semântico em que estavam inseridas. No caso dos registros do Tribunal do Santo Ofício, pela própria natureza da fonte, há um conjunto maior de indícios e informações sobre a ação dos indígenas, em particular, dos índios cristãos. Elas eram apuradas com um rigor mais profundo, se compararmos com os outros registros acima mencionados. Isso se dava, porque era necessário inquirir em detalhes todos os casos suspeitos em busca de seu caráter herético. Por essa razão, com o auxílio da etnologia e do cotejamento de outras fontes históricas, os registros inquisitoriais tornaram-se, nos últimos anos, fontes de uma enorme riqueza por permitir revelar a participação significativa das populações indígenas na produção da história. O grupo de trabalho aqui proposto busca congrega pesquisas e reflexões sobre o protagonismo indígena registrado nessas fontes inquisitoriais, que tornam visíveis as agências indígenas de forma mais nítida, seja no campo das suas práticas religiosas, dos seus comportamentos morais ou das suas ações políticas.

ST 11 - PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS NO PASSADO E NO PRESENTE

Juciene Ricarte Apolinário, UFCG
Graça Graúna, UPE

Ao longo de mais de 500 anos de contatos entre povos originários e o mundo ocidental as mulheres indígenas sofreram diferentes violações e sempre resistiram e lutaram contra as opressões colonizadoras, assim como em todas as formas de serem subjugadas nas relações de gênero. Souberam tecer novas

teias de resistências até os dias atuais contra qualquer tipo de machismo e patriarcalismos eurocentrados nas aldeias ou nos espaços urbanos. Nas últimas décadas as mulheres indígenas vêm ocupando espaços no campo das pesquisas científicas, literaturas, lideranças políticas entre outras frentes de empoderamentos femininos indígenas descolonizando matizes ao próprio conceito de feminismo na América Latina. Destarte, este Simpósio temático será um espaço de apresentações de trabalhos científicos e discussões sobre o lugar das mulheres indígenas na história, literatura, educação, política, direito e tantos outros espaços construídos através das suas lutas nos mais de 500 anos de contatos e pós-contatos até os dias atuais.

ST 12 - LITERATURAS INDÍGENAS NAS AMÉRICAS: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E RESISTÊNCIA

Brigitte Thiérion, CREPAL/Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França
Pascale De Robert, Institut de Recherche et Développement - IRD/Paloc.,
França

Desde os anos 80, assistimos a uma emergência das literaturas indígenas nas Américas, este processo constituiu um dos eixos de um movimento de afirmação identitária e de revitalização das culturas originárias. Através da escrita, concebida como meio de educação, e graças ao apoio das redes sociais, as comunidades promovem a escrita e reescrita de sua história e dos mitos relacionados às suas etnias, como forma de transmitir o conhecimento da tradição às novas gerações e de fortalecer o sentimento de pertença. O processo tem-se acelerado nestas últimas décadas no Brasil. Além de constituir experiências inovadoras em sua multiplicidade de propostas e formatos, as produções constituem um importante instrumento de resistência e de autoafirmação que se dirige também aos não-indígenas para combater as representações históricas depreciativas que perpassam pela sociedade até hoje.

ST 13 - OS POVOS INDÍGENAS E O ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO: PROJETOS POLÍTICOS, TERRAS COLETIVAS E AUTONOMIA.

João Paulo Peixoto Costa, IFPI
Mariana Dantas, UFRPE

Os debates em torno da constituição do Estado imperial brasileiro se desenvolveram com intensidade na primeira metade do Oitocentos, quando disputas entre grupos políticos diferentes culminaram em conflitos armados; e posteriormente se transformaram em embates partidários quando da consolidação do projeto saquarema. Embora grande parte da historiografia os ignore, os povos indígenas se envolveram de maneira ativa nas disputas entre projetos políticos nas mais diferentes situações históricas. O presente simpósio temático tem o objetivo de proporcionar um espaço para o diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores interessados em investigar as estratégias construídas pelos indígenas para tensionar os limites do exercício da cidadania e para esgarçar as práticas tutelares fundamentadas em relações de Antigo

Regime. Assim, a proposta é estimular o debate sobre pesquisas preocupadas com a elaboração pelos indígenas dos próprios caminhos para defesa das terras de suas aldeias, para a construção de espaços de autonomia e liberdade, levando à reformulação de identidades e memórias coletivas.

ST 14 - HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO: ENTRE A NARRATIVA NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO (XIX E XXI)

Carlos Benítez Trinidad, HISTAGRA – Universidad de Santiago de Compostela, Espanha

Os Estados-nação latino-americanos herdaram após sua independência, na primeira metade do século XIX, uma complexa e conflituosa “questão indígena”. Conciliar a incorporação das populações indígenas às ideias que se foram consolidando de nação, território e Estado gerou toda uma série de debates, divergências e políticas ainda hoje latentes na região. A associação dos indígenas aos símbolos mais essenciais do país e a cada vez mais premente “necessidade” de acabar com todas as “diferenças” conduziram a uma história tortuosa que se agravou à medida que os Estados tentavam integrar todos os territórios da nação. Este simpósio temático tem como objetivo analisar e aprofundar na história do indigenismo e da agência indígena nos países latino-americanos desde a emancipação até o presente.

ST 15 - EMERGÊNCIAS ÉTNICAS, ETNOGÊNESES E RETOMADAS: POVOS INDÍGENAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS NAS AMÉRICAS

Estevão Martins Palitot, UFPB, Brasil
Izabel Missagia de Mattos, UFRRJ, Brasil
Carmen Lucia Silva Lima, UFPI, Brasil

A partir dos anos 1970 o movimento indígena ganha corpo em diversos países das Américas. A organização política indígena traz a partir de então uma ampla agenda de discussões para os estados nacionais colocando temas como o reconhecimento da diversidade cultural, os direitos territoriais, a questão ambiental e o pluralismo jurídico na ordem do dia. Essas mudanças se refletem desde demandas judiciais por reconhecimento formal de povos indígenas e demarcação de territórios e reservas até mesma na revisão de princípios constitucionais em diferentes países reconhecendo o caráter plurinacional ou multiétnico dessas nações. Lastreando tais mudanças estão processos históricos e sociais, que desencadeados nos níveis mais básicos da organização social dos povos indígenas passaram a reverter expectativas de que os povos indígenas ficariam cada vez mais marginalizados ou assimilados às sociedades nacionais. Pelo contrário, as identidades indígenas vem experimentando décadas de potente incremento, assinalando transformações sociais, simbólicas e políticas de grande monta, desafiando as definições das comunidades imaginadas nacionais a partir da reivindicação de participação política com reconhecimento da diferença cultural. Esses processos tem recebidos diversos nomes: etnogêneses, emergências étnicas, ressurgimentos étnicos, viagens da

volta e retomadas, configurando-se como uma das faces mais características dos mundos indígenas contemporâneos. Neste Simpósio (ou mesa) pretendemos discutir processos concretos de reorganização étnica indígena nas três américas a partir de pontos de vista históricos e antropológicos.

ST 16 - POVOS INDÍGENAS EM FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: SABERES EM DIÁLOGOS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

Taciana de Carvalho Coutinho, NESAM, UFAM

Geise de Góes Canalez, NETNO, NESAM, UFAM

Pedro Henrique Coelho Rapozo, NESAM, PPGICH, UEA

O Alto Solimões é uma região estratégica de fronteira entre as amazônias brasileira, peruana e colombiana. No território brasileiro encontram-se 26 Terras Indígenas e 11 grupos étnicos que constituem uma grande parcela da população das cidades que compõem a Mesorregião do Alto Solimões. A vasta distribuição territorial dos povos indígenas (nas áreas de várzeas e/ou terras firmas) chama a atenção dos cientistas sociais e ambientais diante do crescimento dos conflitos políticos e econômicos emergidos na contemporaneidade, que tende a ser um golpe aos direitos das etnias. O Simpósio temático proporcionará a discussão acerca dos Saberes e processos de resistência e contribuirá para fortalecer uma rede colaborativa e assertiva nos âmbitos nacional e internacional possibilitando o desenvolvimento de pesquisas voltadas as questões socioambientais e históricas dos Povos Indígenas.

ST 17 - FRONTEIRAS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: ESPAÇOS, CULTURAS, INTERAÇÕES

Ângela Doingues, U. Lisboa, Portugal

Nayibe Gutierrez, UPO, Sevilha, Espanha

Pablo Ibañez, CHAM, UNL, Portugal

As fronteiras são o espaço liminar de uma determinada comunidade e o ponto de encontro entre indivíduos e grupos de origens diversas. Essa natureza complexa das fronteiras gera dinâmicas e problemas próprios que só podem ser analisados a partir das estratégias e ações de seus múltiplos habitantes. Nesse sentido, este Simposio Tematico tem como objetivo estudar as fronteiras latino-americanas como espaços de intensas interações sociais, espaços habitados no passado por uma diversidade de atores, incluindo colonos, soldados, missionários, viajantes, escravos de origem africana ou desertores. E, claro, as populações indígenas, que historicamente foram os atores majoritários nas fronteiras latino-americanas. Fronteiras que podem coincidir com os limites de impérios e repúblicas, mas que também admitem espacialidades próprias, nem sempre evidentes nos arranjos administrativos. Este ST pretende, portanto, refletir sobre a atuação das populações indígenas e demais atores locais, explorando aspectos como estratégias de intermediação cultural, trocas linguísticas e materiais, mecanismos de imposição política e religiosa, o papel da violência, processos de resistência e outros problemas relacionados à o

estudo das interações sociais entre grupos e indivíduos nas fronteiras. Pretende-se também estudar a ligação das fronteiras e de seus habitantes com outras regiões, por meio de aspectos como a formulação e aplicação de políticas de colonização, fluxos econômicos ou medidas adotadas em defesa da integridade territorial. Com o objetivo de promover o diálogo entre especialistas de diferentes regiões e cronologias, este ST está aberto à comunicações sobre fronteiras localizadas em diferentes enquadramentos geográficos e temporais, desde os períodos iniciais da conquista europeia até ao século XXI.

ST 18 - LÍNGUAS INDÍGENAS NAS AMÉRICAS

Márcia Nascimento, UFRJ

Pedro Daniel dos Santos Souza, UNEB

Ana Vilacy Galucio, UFPA/Museu Paraense Emílio Goeldi

O tema desse simpósio relaciona-se aos estudos sobre as línguas dos povos originários das Américas, em uma perspectiva ampla e multidisciplinar. O intercâmbio de informações entre pesquisadores dos temas relacionados às línguas indígenas nas Américas é de extrema relevância para o desenvolvimento de estudos sobre as línguas em várias áreas do conhecimento, possibilitando a criação de um espaço de diálogo interdisciplinar entre linguistas, historiadores, antropólogos e educadores. Nessa direção, o presente simpósio busca agregar trabalhos de pesquisas em diversas perspectivas teóricas e áreas do conhecimento, com vistas a construir uma rede colaborativa de discussões interdisciplinares sobre pesquisas que vêm se desenvolvendo sobre as línguas indígenas nas Américas e que constroem reflexões sobre as violações, as línguas como instrumentos de resistência, as conquistas e o recrudescimento das lutas dos povos originários do século XVI aos dias atuais. O tema do simpósio contempla trabalhos de análise e descrição linguística, estudos sobre alfabetização e letramento, bilinguismo/multilinguismo e ensino em escolas indígenas, políticas linguísticas, contatos e história social das línguas, revitalização e retomada linguísticas, entre outros. Dada a rica diversidade linguística na região e também a situação de vulnerabilidade de uma alta porcentagem dessas línguas, a discussão destes temas é ao mesmo tempo atual e necessário.

ST 19 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS E DE PROJETOS DE EXTENSÃO SOBRE TEMÁTICAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL E AMÉRICA

Lana C. Gomes de Araújo, UFPE, Brasil

Gláucia de Souza Freire, UFPE, Brasil

Este Simpósio Temático objetiva ser um espaço para apresentação de professores de escolas públicas e privadas que desenvolvem projetos pedagógicos sobre a temática indígena, professores indígenas que desenvolvem projetos pedagógicas nas escolas indígenas e resultados de

projetos de extensão universitários que tem como proposta a temática indígena como os diferentes PETs (Programa de Educação Tutorial do Governo Federal brasileiro de estímulo a atividades de pesquisa, ensino e extensão universitárias, no nível de graduação). Atividades executadas ao longo do ano ou em semanas especiais que contribuam para a valorização e destaques da memória, história, práticas culturais, econômicas, ambientais, saúde, educacionais e que também possam tratar das lutas e direitos na contemporaneidade dos povos originários. Entendemos que os cursos de licenciatura nas diferentes áreas história, língua portuguesa, geografia, biologia, matemática entre outras precisam adequar-se e colaborar com a efetivação da Lei 11.645, outorgada em 10 de Março de 2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas brasileiras de forma interdisciplinar e intercultural. Por outro lado, este simpósio trará experiências das escolas indígenas que desenvolvem projetos educativos que promovem a reafirmação e fortalecimentos das identidades étnicas interculturais, diferenciadas e bilingues.

MINICURSOS

MC 1 - PRÁTICA DE PESQUISA HISTÓRICA JUNTO AOS INDÍGENAS A PARTIR DE SUAS ORALIDADES E DO TEMPO PRESENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Tamires Batista Andrade Veloso de Brito, UFCG, Brasil

A partir das memórias orais e escritas e, ainda, fontes bibliográficas, buscamos discutir como ocorreram as mobilizações dos Tupinambá de Olivença no Sul da Bahia pela permanência no território que ocupam e seus desdobramentos: representações identitárias produzidas e ações coletivas de lideranças e caciques, com destaque para o período entre 1920-30, no qual foi atuante um ícone na história dos Tupinambá, o “caboclo” Marcellino José Alves. Assim, consideramos algumas representações do passado no presente vivido pelos Tupinambá de Olivença, apoiados nas memórias e oralidades expressas nas visões sobre como os Encantados, as principais entidades sagradas na cosmologia Tupinambá, sinalizaram para o momento de despertar a “identidade adormecida”. A oralidade traduz marcas de vida e é rica enquanto documento histórico. Neste minicurso, veremos como sua utilização resultou da necessidade de alargar a noção de documento (FEBVRE, 1949). No entanto, há alguns desafios em compreender essa metodologia para a escrita da história (enquanto arte e também ciência) e suas possibilidades, pressupondo normas aplicadas com rigor. A partir da oralidade tomamos conhecimento de acontecimentos como o narrador os vivenciou e interpretou.

MC 2 - POVOS INDÍGENAS E A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA DO PERÍODO COLONIAL: PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII

Lana C. Gomes de Araújo, UFPE, Brasil

Mais do que confusa ou imprecisa, a legislação criada pelos colonizadores para tratar sobre as questões referentes aos povos indígenas na América portuguesa era experimentada de diferentes formas pelos grupos étnicos. Podendo ser também compreendida a partir dos interesses dos sujeitos que integravam os espaços de poder nas capitanias. Apesar da sistematização das leis contendo as diretrizes permitidas ou não, especialmente no que tangia as causas de escravidão indígenas, no cenário dos mandos dos governos locais e dos aldeamentos, elas tomavam outros direcionamentos. Mesmo conhecendo as leis, os religiosos, administradores locais, comerciantes, negociantes, donos de terras, etc. agiam guiados pelos seus próprios interesses ou das instituições ou dos grupos aos quais representavam, em uma tentativa de manutenção de poder. Ponto de pauta da política e da legislação portuguesa, foram criadas instâncias administrativas, como o Tribunal da Junta das Missões (1681) e promulgadas leis como o Regimento das Missões (1686), Lei de liberdade dos índios (1755) e do Diretório dos Índios (1757), a fim de estabelecer a compilação das leis e converter os indígenas tanto para a fé católica quanto a condição de súditos do rei. Todavia, o estudo das fontes históricas tem nos permitido verificar o protagonismo dos homens e mulheres indígenas diante os ditames da Coroa, da Igreja e dos poderes locais. Nesse sentido, essa mesa tem como objetivo discutir os processos de agenciamentos e resistência dos povos originários às legislações da época, com o intuito de perceber as especificidades de cada povo e de cada região.

MC 3 - A HISTÓRIA CONTADA DO LADO DE CÁ: AS ESTRATÉGIAS DOS XOKÓ DE SERGIPE PELA POSSE DA TERRA INDÍGENA ILHA/CAIÇARA: 1978 – 2003.

Ivanilson Martins dos Santos – Xokó, UFAL, Brasil

A proposta deste minicurso é promover algumas reflexões sobre as estratégias de luta dos Xokó pela posse da Terra Indígena Ilha/Caiçara, que fica no município de Porto da Folha, no atual estado de Sergipe. Pesquisas mais recentes sobre os Xokó, relatam um contexto territorial e de nomenclaturas que vão do sul do Ceará ao estado de Sergipe entre os séculos XVII e XVIII. Podemos encontrar nos documentos históricos: Shocó, Chocó, Chocoz, Ciocó ou Ceocose. Hoje grafado como Xokó da Ilha de São Pedro/Caiçara. O objetivo é desenvolver uma narrativa do ponto de vista indígena, o qual já no título expõe uma “história contada do lado de cá”. Nesta perspectiva, é salutar entender as Estratégias/Narrativas dos Xokó pela posse e luta de seu território; as estratégias de visibilidade; articulações o qual demarcam um período de luta com os povos indígenas, pois, as décadas de 1970, é um período de explosão de grandes reivindicações e reafirmações da identidade e da indianidade dos povos indígenas do Nordeste. Esse processo é também etnogênese indígena: os Xokó

ressurgem aí. Faremos uma exposição de falas e de algumas notas noticiadas em jornais e revistas da época para entender essas estratégias dos Xokó.

MC 4 - POVOS INDÍGENAS E INQUISIÇÃO NO BRASIL COLONIAL

Luana Souto Cavalcanti, UFCG

O Santo Ofício ou Inquisição foi um tribunal eclesiástico instituído na idade média durante os séculos XIII e XIV, que tinha por objetivo perseguir, julgar e punir aqueles que se desviavam dos preceitos religiosos da Igreja Católica. Posteriormente tivemos o apogeu da inquisição moderna na Espanha e em Portugal nos séculos XVI, XVII e XVIII, e foi a partir dessa Inquisição moderna que o Brasil sentiu os tentáculos da máquina inquisitorial. No Brasil não houve a instalação propriamente dita de um Tribunal Inquisitorial como ocorreu em Lima (1570), México (1571) e Cartagena (1610), mas, isso não significou que nessas terras não houve atuação da Inquisição, o Brasil esteve durante todo o período colonial subordinado ao Tribunal de Lisboa, este por sua vez, enviava licenciado/representantes e continha toda uma rede de funcionários do Santo Ofício para atuarem perseguindo aqueles que desviavam dos preceitos católicos, inclusive, os povos indígenas que foram inseridos no universo cristão que também estiveram passíveis de serem punidos pela Inquisição devido as suas possíveis transgressões, seja elas feitiçaria, blasfêmia, bigamia, sodomia, superstições enfim, qualquer crime/pecado que ofendessem os preceitos religiosos da Igreja Católica. Desta forma, o nosso minicurso, se propõe a buscar uma melhor compreensão de como a Inquisição atuou em relação aos povos indígenas durante o período colonial do Brasil.

MC 5 - A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO SOCIAL: OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008

Wania Alexandrino, UFOPA

Pensar a instituição escolar como um espaço de problematização e de contribuição para/no protagonismo social. A escola torna-se um mecanismo de promoção de debates, reflexões e construções de saberes, que atua na luta por equidade de direitos entre os diversos grupos sociais. Assim, temos a escola enquanto espaço cultural e plural onde se faz necessário discutir o respeito à diversidade humana. Nesse sentido, a implementação da Lei 11.645/08, que insere a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Indígena no currículo escolar objetiva atender uma demanda sócio-histórica das etnias indígenas, que foram negligenciadas ao longo do processo de formação educacional brasileira. No entanto, apesar de uma década da obrigatoriedade das temáticas indígenas nos conteúdos escolares, muitos/as docentes encontram dificuldades ao trabalhar com a temática supracitada. E, esse minicurso compreende a necessidade de abordar as metodologias de ensino que versam sobre a história e cultura indígena, ao mesmo tempo, em que pretendemos debater a importância dessa lei como instrumento de discussão para o fortalecimento e

reconhecimento das lutas dos movimentos indígenas e o fortalecimento de uma educação para a alteridade.

MC 6 - LÍNGUAS INDÍGENAS E HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL

Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)

Este minicurso tem como objetivo discutir, no âmbito das investigações sobre a história social linguística do Brasil, os contatos linguísticos e as consequências do encontro entre as línguas indígenas brasileiras, nomeadamente ágrafas, e o português – língua de cultura escrita –, dando destaque aos agenciamentos e às estratégias de negociação e de resistência dos povos indígenas frente ao projeto monolíngue do colonizador. Nessa direção, trataremos da emergência, difusão e uso das línguas gerais de base indígena, propondo uma revisão historiográfica da forma como o tema tem sido apresentado, além de refletirmos sobre os glotocídios, o caráter generalizadamente multilíngue da América portuguesa, que, por conta de fatores diversos, se torna localizadamente multilíngue, as políticas linguísticas que contribuíram para as reconfigurações linguísticas dos diversos espaços, os processos de revitalização e retomada linguísticas, também responsáveis pela redefinição do mosaico das línguas faladas no Brasil. Percorrendo os 521 anos de “perdas e ganhos”, também revisitaremos as proposições de Aryon Rodrigues (1966) que, ao definir as “Tarefas da linguística no Brasil” e, especificamente, da chamada “linguística pura”, considerou que deveríamos colocar em primeiro lugar a investigação das línguas indígenas, refletindo, nesse ínterim, sobre os desdobramentos dessa posição e os desafios que ainda precisam ser enfrentados.

MC 7 - USO DE FERRAMENTAS DE GOOGLE EARTH E APLICAÇÃO WEB PARA SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) E PROJETOS COM OS POVOS INDÍGENAS

Geise de Góes Canalez (NETNO/NESAM/UFAM)

A disponibilização das informações espaciais passou por expressivas alterações com o desenvolvimento dos sistemas de inteligência geográfica para internet. Arelada a isso, cada vez mais é importante que as ferramentas adotadas sejam de fácil acesso, usem plataformas ‘leves’ para acesso em smartphones, tablets e computadores com configuração simples, e que tenham mecanismo de uso intuitivo. Essas facilidades apoiadas na tecnologia oferecida pelos servidores de mapas em que as bases de dados passaram de um público restrito e especializado em técnicas de Geoprocessamento para todos aqueles que possuem acesso à internet, traz uma nova demanda de usuários com habilidades básicas para manipular essas ferramentas. Tais ferramentas tornam-se necessárias para o desenvolvimento de pesquisas voltadas as questões socioambientais e históricas dos Povos Indígenas.

MC 8 - HISTÓRIA AMBIENTAL E HISTÓRIA INDÍGENA: O SUJEITO INDÍGENA NO COMÉRCIO DO PAU-BRASIL DURANTE A METADE DO SÉCULO XVI

Éverton Alves Aragão (Mestrando – PPGH/UFCG)

O pensamento e a produção historiográfica constantemente reforçam a concepção de um indígena menos evoluído que o europeu, os tratando como meras ferramentas no contexto inicial da presença europeia no “Novo Mundo” e do “Ciclo do Pau-brasil”. As experiências metodológicas não questionam e até recentemente omite, ignora ou relega os índios genéricos a um passado colonial distante – representados como cortadores compulsivos de Pau-brasil nos empreendimentos franceses e portugueses. As experiências vivenciadas pelos indígenas da Mata Atlântica brasileira, constituem-se, portanto, em um desafio para reflexões sobre a compreensão dos processos históricos que resultam nas mobilizações sociopolíticas atuais pelas reivindicações, conquistas e garantias de direitos. É necessário pensar a História Indígenas na perspectiva de História Ambiental, de uma História Conectada, não como sujeitos históricos passivos. Reconhecendo as sociodiversidades indígenas e contribuindo para discussões na perspectiva histórica que evidenciem as relações de poder, o acesso, a utilização e significados do Pau-brasil pelos povos indígenas.

MC 9 - COSMOLOGIAS INDÍGENAS, ALIMENTAÇÃO E CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO

Edson Tosta Matarezio Filho (NESAM/ PPGICH/UEA)

Este minicurso tem como finalidade nos aproximarmos de alguns sistemas alimentares indígenas e suas concepções de humanidade. Buscando um ponto de vista etnográfico sobre as experiências indígenas na produção, circulação, processamento, preparo e consumo de alimentos, o curso relaciona todo esse trajeto com concepções de corpo, cosmologia, mitologia, organização social e parentesco, comensalidade, produção indígena para o mercado e geração de renda, segurança, soberania alimentar e agrobiodiversidade. Nesse sentido, proponho uma reflexão que parta de alguns casos das relações com animais, plantas e território entre alguns grupos indígenas, até a apresentação de algumas estratégias para a inserção da produção para o mercado, especialmente das compras públicas. Uma questão fundamental que nos guiará ao longo do curso será: como populações em que o estatuto do humano é compartilhado com certos animais e plantas se relacionam com o consumo e a venda dos produtos de sua roça, caça e pesca?

MC 10 - REVISITANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVAS/CURATIVAS DO POVO POTIGUARA, PARAÍBA BRASIL

Pedro Ka'aguassú Potiguara, UFRN, Brasil

Toda a sabedoria e conhecimento sobre as práticas educativas/curativas do nosso povo Potiguara, Brasil foram repassadas pelos nossos anciãos indígenas, oralmente, de maneira ancestral à nossa cultura, e surte efeitos tão eficientes quanto as 'ciências' ditas 'científicas ocidentais', na esfera das melhorias corporais, mentais e espirituais e também no fortalecimento da nossa etnicidade enquanto povo originário. Com o intuito de permitir maior visibilidade aos nossos saberes e fazeres curativos, em pleno bioma de Mata Atlântica, objetivamos nesse minicurso abordar a riqueza de nossos conhecimentos e práticas curativas repassada desde a tenra idade pelos mais velhos com a presença dos nossos encantados. Práticas educativas/curativas reatualizadas em nossas escolas indígenas através de processos pedagógicos dinâmicos e participativos em que as crianças tem contato com a natureza do entorno e passam a compreender a importância, por exemplo das plantas enquanto organismos vivos que são utilizados de diferentes formas para nossas curas do corpo e da alma.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Juciene Ricarte Apolinário (PPGH-UFCG, Brasil/ Pesquisadora, CHAM – Portugal)

Coordenação/organização

Ángel Cahuapaza Mamani (Associação Latino-Americana de História, Bolívia)

Brigitte Thiérion, CREPAL/Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Carlos Benítez Trinidad (HISTAGRA – Universidad de Santiago de Compostela)

Maria Adelina Amorim (CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Naybe Gutierrez Montoya (UPO/ Sevilha, Espanha)

Nestor Daniel Vargas (Universidade de Antioquia, Colombia)

Nina Vieira (CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Pablo Ibañez (CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Pascale de Robert, Institut de Recherche et Développement - IRD/Paloc., França

COMISSÃO CIENTÍFICA

Almir Diniz de Carvalho Júnior, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Ana Maria Monsalve Cuartas, Pesquisadora colombiana na UNL, Portugal

Ângela Maria Vieira Domingues – Universidade de Lisboa – CHAM-UNL, Portugal

Ângelo Adriano Faria de Assis, UFV, Brasil

Brigitte Thiérion, CREPAL/Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Casé Angatu Xukuru Tupinambá, UESC, Brasil

Cristina Brito (CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Cristina Pompa, UFSP, Brasil

Daniel Mundurukú, USP/UFSCAR, Brasil

Edson Kaiapó, IFBA, Brasil

Elisa Fruhauf Garcia UFF, Brasil

Estevão Martins Palitot, UFPB, Brasil

Nicte Fabiola Escarzaga (Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, México)
Francisco Cancela , UNEB, Brasil
Graça Graúna, Potiguara, Doutora em Literatura Indígena, UPE, Brasil
Guillaume Candela, Brown University, Providence, Rhode Island, EUA
Hal Langfur, University at Buffalo, EUA
Izabel Missagia de Mattos, UFRRJ, Brasil
João Pacheco de Oliveira, Museu Nacional – UFRJ, Brasil
Jose Maria Valcuende, Universidade Pablo Olavide, Espanha
José Otavio de Aguiar (UFCG, Brasil)
Juan Marchena Fernández – Universidade Pablo Olavide – Sevilha, Espanha
Maria Regina Celestino de Almeida, UFF, UNIRIO, Brasil
Mariana Albuquerque Dantas – UFRPE
Mércia Batista, (Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Neimar Machado de Sousa, UFGD, Brasil
Pascale de Robert, Institut de Recherche et Développement - IRD/Paloc., França
Pedro Celestino Pachaguaya Yurja, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia
e Associação Departamental de Antropólogos de La Paz, Bolívia
Rita Potyguara, Potiguar, UFRN, Brasil
Stephen Baines, UNB, Brasil
Taciana de Carvalho Coutinho, UFAM, Brasil
Tonico Benites Ava Guarani Kaiowá, UFGD, Brasil)
Vania Maria Losada Moreira – UFRRJ, Brasil
Cristina Brito (CHAM-UNL, Lisboa, Portugal
Pedro Cardim (CHAM-UNL)

COMISSÃO TÉCNICA

Beatriz Macedo de Souza
Emelly Alves Farias
Erik Carlos Monte de Carvalho
Igor Robson Moura Furtado Santos
Jessica Priscila de Melo
Joana Darc do Nascimento Lira
Joseni Santos de Almeida
Luiza Oliveira Braz
Thiago Jorge da Silva
Yona Kaluna Ferreira de Sousa